



**EDITAL**  
**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 03/2026**  
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 64/CMT/2026

COM BASE NA Lei Nº 14.133/2021, especialmente dos artigos: 6º, inciso XLI, art. 17º, art. 28º, inciso I, e art. 33º, inciso I, observadas, no que couber, as diretrizes dos Decretos Municipais nº 3.567/2023 e nº 1.613/2016, **utilizados como referência técnica**, bem como a Resolução Nº 088/MD/CMT/2025 da Câmara Municipal de Theobroma, que regulamenta a atuação do Agente de Contratação e da Equipe de Apoio.

**1. PREÂMBULO**

A **Câmara Municipal de Theobroma**, Pessoa Jurídica de Direito Público, inscrita no CNPJ sob nº 63.789.614/0001-14, com sede à Av. 13 de Fevereiro, nº 1358, Centro, Theobroma/RO, representada pelo Presidente, Sr. Adelson Valter Correia, vem através de sua Agente de Contratação (Pregoeira), Sr.(a) Beatriz de Souza Reis, designada pela Portaria nº 020/2026, torna pública a abertura da licitação na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, com critério de julgamento do **tipo MENOR PREÇO POR ITEM**, nos termos da Lei nº 14.133/2021 ancorado ao **DECRETO Nº 12.343, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2024**, **LEI COMPLEMENTAR Nº 123, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2006** observadas, no que couber, as normas estabelecidas pelo Decreto Municipal nº 3.567/2023 e nº 1.613/2016, utilizadas como **referência técnica**, e demais normas aplicáveis, legislações complementares e, ainda, pelas condições estabelecidas neste Edital e seus anexos e, em conformidade com a autorização contida no Processo.

As exigências estabelecidas neste Edital, conforme os critérios e procedimentos a seguir definidos, objetivando obter a melhor proposta, observadas as datas e horários discriminados a seguir:

**2. INFORMAÇÕES DA ABERTURA DE PROPOSTAS E DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS**

ABERTURA DE PROPOSTAS INICIAIS: Dia 26/06/2026, com início às 08h00min até dia 07/07/2026, às 08h59min (Horário de Brasília).

Data da Abertura da Sessão: 07/07/2026

**HORARIO DA DISPUTA DE LANCES: Das 09h00 às 14h00 (horário de Brasília-DF).**

**Local:** No endereço eletrônico [www.licitanet.com.br](http://www.licitanet.com.br)

**FORMALIZAÇÃO DE CONSULTAS/ENCAMINHAMENTOS**

Endereço: Av. 13 fevereiro, nº 1358, Centro, Theobroma/RO

Agente de Contratação: **Beatriz de Souza Reis**

E-mail: [camaradetheobroma@gmail.com](mailto:camaradetheobroma@gmail.com)

Todas as informações oficiais pertinentes a presente licitação, poderão ser acessadas gratuitamente no sites:

Licitanet: <<https://www.licitanet.com.br>>

<https://transparencia.theobroma.ro.gov.br/transparencia/?tipoentidade=CM> ; bem como no mural da Câmara



Municipal de Theobroma/RO e no Diário Oficial da AROM

<https://www.diariomunicipal.com.br/arom/pesquisar>.

### **3. DISPOSIÇÕES LEGAIS**

O presente certame será regido pela Lei nº 14.133/2021, pelo Decreto Municipal nº. 3.567/2023, pela LEI COMPLEMENTAR Nº 123/2006 e, no que couber, pela Lei Municipal nº. 535/2016, bem como demais normas aplicáveis, observando-se o critério de julgamento de menor preço por item, conforme estabelecido neste edital e seus anexos.

Será assegurado às microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais o tratamento diferenciado e favorecido previsto na Lei Complementar nº 123/2006, especialmente quanto ao direito de preferência em caso de empate ficto, nos termos dos artigos 44 e 45, quando aplicável.

A aplicação de eventual tratamento diferenciado de âmbito local ou regional somente ocorrerá quando expressamente prevista na legislação aplicável e devidamente justificada nos autos do processo administrativo, não podendo implicar restrição à competitividade do certame ou direcionamento de fornecedores.

### **4. PREVISÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES**

**4.1.** A referida contratação está no Plano Anual de Contratação–PCA [https://transparencia.theobroma.ro.gov.br/transparencia/aplicacoes/publicacao/detalhe\\_documento.php?id\\_publicacao=6484&nomeaplicacao=publicacao](https://transparencia.theobroma.ro.gov.br/transparencia/aplicacoes/publicacao/detalhe_documento.php?id_publicacao=6484&nomeaplicacao=publicacao) possui previsão na Lei Orçamentária Anual (LOA).

### **5. DO OBJETO:**

- a) O objeto do presente pregão eletrônico é a escolha da proposta mais vantajosa para a aquisição de 01 (um) veículo automotor tipo SUV compacto híbrido, zero quilômetro, destinado ao atendimento das necessidades institucionais da Câmara Municipal de Theobroma/RO, conforme justificativa, quantidades e exigências estabelecidas no Termo de Referência e seus anexos.

#### **5.1. Descrição do objeto e valor estimado:**

Item	Descrição	Quant.	Unid.	Valor Unit. (R\$)	Valor Total (R\$)
------	-----------	--------	-------	----------------------	----------------------



PODER LEGISLATIVO - PALÁCIO ADALGISA PEREIRA PINTO  
CÂMARA MUNICIPAL DE THEOBROMA-RO

Av.13 de fevereiro, 1358 – Centro, e-mail: [camaradetheobroma@gmail.com](mailto:camaradetheobroma@gmail.com)

CNPJ: 63.789.614/0001-14, Telefone: (69)3523-1095/1129



1	<p><b>VEÍCULO AUTOMOTOR TIPO SUV COMPACTO HÍBRIDO, 0 KM, POTÊNCIA MINIMA DO MOTOR 1,5.</b></p> <p><b>CARACTERÍSTICAS GERAIS:</b></p> <p>a) ZERO KM;</p> <p>b) 04 PORTA;</p> <p>c) TRAÇÃO 4X2; DIANTEIRA</p> <p>d) EQUIPAMENTOS OBRIGATORIOS EXIGIDO PELO CONTRAN;</p> <p>e) CAPACIDADE MINIMA PARA 05 OCUPANTES;</p> <p>f) DIMENSOES APROXIMADAS: COMPRIMENTO MÍNIMO 4.100 MM; ENTRE EIXOS MÍNIMOS 2.500 MM; LARGURA MÍNIMA 1.750 MM; ALTURA MÍNIMA 1.550 MM;</p> <p>g) MOTOR: MOTORIZAÇÃO HÍBRIDA (COMBUSTÃO + ELÉTRICA), MÍNIMA 3 CILINDROS, POTÊNCIA COMBINADA MÍNIMA DE 105 CV;</p> <p>h) SISTEMA DE ALIMENTAÇÃO: INJEÇÃO ELETRÔNICA, COMBUSTÍVEL GASOLINA OU FLEX, SISTEMA HÍBRIDO COM REGENERAÇÃO, TANQUE MÍNIMO 35 LITROS;</p> <p>i) TRANSMISSÃO: AUTOMÁTICO TIPO CVT OU SIMILAR;</p> <p>j) DIREÇÃO: ELÉTRICA OU ELETROASSISTIDA;</p> <p>k) SEGURANÇA: ABS, EBD AIRBAGS FRONTAIS E LATERAIS, CONTROLE DE ESTABILIDADE E TRAÇÃO ASSISTENTE DE RAMPA, CINTOS 3 PONTOS ENCOSTOS DE CABEÇA ALARME, CÂMERA DE RÉ OU SENSOR;</p> <p>l) CONFORTO: AR-CONDICIONADO, DIREÇÃO AJUSTÁVEL, VIDROS E TRAVAS ELÉTRICAS, RETROVISORES</p>	01	UND	243.997,50	243.997,50
---	---	----	-----	------------	------------



**PODER LEGISLATIVO - PALÁCIO ADALGISA PEREIRA PINTO**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE THEOBROMA-RO**

Av.13 de fevereiro, 1358 – Centro, e-mail: [camaradetheobroma@gmail.com](mailto:camaradetheobroma@gmail.com)

CNPJ: 63.789.614/0001-14, Telefone: (69)3523-1095/1129



	<p>ELÉTRICOS, BANCOS DE MOTORISTA COM AJUSTES DE ALTURA;</p> <p>m) RODAS: LIGA LEVE ARO MÍNIMO 16;</p> <p>n) TECNOLOGIA: MULTIMÍDIA DE TELA, BLUETOOTH, CONEXÃO USB, VOLANTE MULTIFUNCIONAL;</p> <p>o) EFICIENCIA: BAIXO CONSUMO E SISTEMA HÍBRIDO COM RECARGA AUTOMÁTICA;</p> <p>p) ACESSÓRIOS: TAPETES E PROTETOR DE CÁRTER(QUANDO APLICÁVEL)</p> <p>q) DEMAIS ITENS: EQUIPADO COM TODOS OS ITENS DE SÉRIE, CONFORME CATALOGO COMERCIAL DO VEÍCULO;</p> <p>r) REFERENCIA: QUALIDADE IGUAL OU SUPERIOR A SUV HÍBRIDO COMPACTO DO MERCADO NACIONAL.</p> <p>s) EMPLACAMENTO: ENTREGUE JÁ EMPLACADO NO ESTADO DE RONDONIA MUNICÍPIO NDE THEOBROMA-RO DEVIDAMENTE REGISTRADO NO DETRAN;</p> <p>ANO/MODELO: ANO E MODELO DE FABRICAÇÃO IGUAIS OU POSTERIORES A DATA DO PEDIDO DE FORNECIMENTO;</p>				
<b>VALOR TOTAL</b>					<b>R\$ 243.997,50</b>

## 5.2. DO CRITÉRIO DE JULGAMENTO

- a) Obedecerá ao tipo de **MENOR PREÇO POR ITEM**, conforme o artigo 33, inciso I da Lei nº 14.133/2021.

## 6. DOS RECURSOS ORÇAMENTARIOS

**6.1.** As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento do Poder Legislativo Municipal de Theobroma/RO, para o exercício de 2026 conforme abaixo:

01 PODER LEGISLATIVO

01.001 CAMARA MUNICIPAL

01.001.01.031.0001.1002 AQUISIÇÃO DE BENS MÓVEIS – CÂMARA

01.031.0001.1181.0000 APÓLICE SEGURO Nº 0531 10 3705132 (CONTRATO Nº 306053)

4.4.90.52.00 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE



**6.2. Valor estimado do pregão: R\$ 243.997,50 (duzentos e quarenta e três mil e novecentos e noventa e sete reais e cinquenta centavos).**

## **7. DA PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO ELETRÔNICO**

**7.1.** Somente poderão participar desta PREGÃO ELETRÔNICO, via internet, os interessados cujo objetivo social seja pertinente ao objeto do certame, que atendam a todas as exigências deste aviso de Pregão eletrônico e da legislação a ele correlata, inclusive quanto à documentação, e que estejam devidamente credenciadas no site [www.licitanet.com.br](http://www.licitanet.com.br).

**a)** Para acesso ao sistema eletrônico, os interessados em participar desse pregão eletrônico deverão dispor de um cadastro prévio, adquirindo login e senhas pessoais (intransferíveis), obtidas junto a LICITANET.

**b)** A participação no PREGÃO ELETRÔNICO se dará por meio da digitação da senha pessoal e intransferível do licitante e subsequente encaminhamento da proposta de preços, exclusivamente por meio da Plataforma Eletrônica, observada data e horário limite estabelecidos

**c)** O custo de operacionalização pelo uso da Plataforma Eletrônica, a título de remuneração pela utilização dos recursos da tecnologia da informação ficará a cargo do licitante, que poderá escolher entre os Planos de Adesão.

**d)** O licitante deverá promover a sua inscrição e credenciamento na plataforma, para participar desse Pregão Eletrônico, para inscrição e cadastramento da proposta inicial de preços.

**7.2.** A LICITANET atuará como órgão provedor do sistema eletrônico nos termos firmados com a CÂMARA MUNICIPAL DE THEOBROMA-RO.

**7.3.** O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluídos a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos de correntes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

**7.4.** É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aquele setor nem desatualizados.

**7.5.** A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

**a)** Admitir ou negar a participação de consórcios é o resultado de um processo de avaliação do mercado em face do objeto a ser licitado e da ponderação dos riscos inerentes à atuação de uma pluralidade de sujeitos associados para a execução do objeto.

**b)** A vedação quanto à participação de consórcio de empresas no presente procedimento licitatório não limitará a competitividade.

**c)** A participação de consórcios é recomendável quando o objeto considerado for “de alta complexidade ou vulto”, o que não seria o caso do objeto sob exame.

**d)** Não há nada que justifique a participação de empresas em consórcios no objeto em apreço. Ele não se reveste de alta complexidade, tampouco é serviço de grande vulto econômico.

## **7.6. Não poderão disputar este PREGÃO ELETRÔNICO:**

**a)** Aquele que não atenda às condições deste aviso de Pregão Eletrônico e seu (s) anexo (s);

**b)** Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a



**PODER LEGISLATIVO - PALÁCIO ADALGISA PEREIRA PINTO**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE THEOBROMA-RO**

Av.13 de fevereiro, 1358 – Centro, e-mail: [camaradetheobroma@gmail.com](mailto:camaradetheobroma@gmail.com)

CNPJ: 63.789.614/0001-14, Telefone: (69)3523-1095/1129



licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

**c)** Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

**d)** Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

**e)** Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

**f)** Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

**g)** Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do Aviso de Pregão Eletrônico, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

**h)** Agente público do órgão ou entidade licitante;

**i)** Pessoas jurídicas reunidas em consórcio;

**j)** Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

**k)** Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021;

**l)** Impedimento de que trata o item (d) licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

**m)** A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens (7.3. e 7.4.) poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

**n)** Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

**o)** O disposto nos itens (b e c) não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

**p)** Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021.

**7.7.** Será permitida a participação de cooperativas, desde que apresentem demonstrativo de atuação em regime cooperado, com repartição de receitas e despesas entre os cooperados e atendam ao art. 16 da Lei nº 14.133/21.

**a)** Em sendo permitida a participação de cooperativas, serão estendidas a elas os benefícios previstos para as microempresas e empresas de pequeno porte.





## **8. INGRESSO NO PREGÃO ELETRÔNICO E CADASTRAMENTO DE PROPOSTA INICIAL**

**8.1.** O ingresso do fornecedor na disputa do Pregão Eletrônico se dará com o cadastramento de sua proposta inicial, na forma desta Seção.

**8.2.** O fornecedor interessado, após a divulgação do Aviso de Pregão eletrônico, encaminhará, exclusivamente por meio do Sistema de Pregão eletrônico, a proposta com a descrição do objeto ofertado, a marca do produto, quando for o caso, e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura do procedimento.

a) A proposta também deverá conter declaração de que compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infra legais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

**8.3.** Todas as especificações do objeto contidas na proposta, em especial o preço, vinculam a Contratada.

**8.4.** Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na prestação dos serviços.

a) Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do fornecedor, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

**8.5.** Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

**8.6.** Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

**8.7.** A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Estudo Técnico Preliminar e no Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar os serviços nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

**8.8.** Uma vez enviada a proposta no sistema, os fornecedores NÃO poderão retirá-la, substituí-la ou modificá-la.

**8.9.** No cadastramento da proposta inicial, o fornecedor deverá, também, assinalar “sim” ou “não” em campo próprio do sistema eletrônico, às seguintes declarações:

a) Que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

b) Que atende aos requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123/2006, declarando-se enquadrada como microempresa, empresa de pequeno porte ou microempreendedor individual, para fins de usufruto do tratamento diferenciado previsto nos arts. 42 a 49 da referida Lei, quando aplicável.

c) Que está ciente e concorda com as condições contidas no Aviso de Pregão eletrônico e seus anexos;

d) Que assume a responsabilidade pelas transações que forem efetuadas no sistema, assumindo como



**PODER LEGISLATIVO - PALÁCIO ADALGISA PEREIRA PINTO**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE THEOBROMA-RO**

Av.13 de fevereiro, 1358 – Centro, e-mail: [camaradetheobroma@gmail.com](mailto:camaradetheobroma@gmail.com)  
CNPJ: 63.789.614/0001-14, Telefone: (69)3523-1095/1129



firmes e verdadeiras;

e) Que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, de que trata o art. 93 da Lei nº 8.213/91.

f) Que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

**8.10.** Fica facultado ao fornecedor, ao cadastrar sua proposta inicial, a parametrização de valor final mínimo, com o registro do seu lance final aceitável (menor preço).

a) Feita essa opção os lances serão enviados automaticamente pelo sistema, respeitados os limites cadastrados pelo fornecedor e o intervalo mínimo entre lances previsto neste aviso.

b) Sem prejuízo do disposto acima, os lances poderão ser enviados manualmente, na forma da seção respectiva deste Aviso de Pregão eletrônico;

c) O valor final mínimo poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, desde que não assuma valor superior a lance já registrado por ele no sistema.

d) O valor mínimo parametrizado possui caráter sigiloso aos demais participantes do certame e para o órgão ou entidade contratante. Apenas os lances efetivamente enviados poderão ser conhecidos dos fornecedores na forma da seção seguinte deste Aviso.

## **9. FASE DE LANCE**

**9.1.** A partir do horário estabelecido no preâmbulo neste Aviso de Pregão Eletrônico, a sessão pública será automaticamente aberta pelo sistema para o envio de lances públicos e sucessivos, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo encerrado no horário de finalização de lances também já previsto neste aviso.

**9.2.** Iniciada a etapa competitiva, os fornecedores deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

a) O lance deverá ser ofertado pelo valor total.

**9.3.** O fornecedor somente poderá oferecer valor inferior ou maior percentual de desconto em relação ao último lance por ele ofertado e registrado pelo sistema.

**9.4.** O fornecedor somente poderá encaminhar lance com intervalo mínimo entre eles de **R\$ 100,00 (cem reais)** menor que o valor do último lance.

**9.5.** O fornecedor poderá oferecer lances sucessivos iguais ou superiores ao lance que esteja vencendo o certame, desde que inferiores ao menor por ele ofertado e registrado pelo sistema, sendo tais lances definidos como “lances intermediários” para os fins deste Aviso de Pregão Eletrônico.

**9.6.** O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao que cobrir a melhor oferta.

**9.7.** Havendo lances iguais ao menor já ofertado, prevalecerá aquele que for recebido e registrado primeiro no sistema.

**9.8.** Caso o fornecedor não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

**9.9.** Durante o procedimento, os fornecedores serão informados, em tempo real, do valor do menor lance





**PODER LEGISLATIVO - PALÁCIO ADALGISA PEREIRA PINTO**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE THEOBROMA-RO**

Av.13 de fevereiro, 1358 – Centro, e-mail: [camaradetheobroma@gmail.com](mailto:camaradetheobroma@gmail.com)  
CNPJ: 63.789.614/0001-14, Telefone: (69)3523-1095/1129



registrado, vedada a identificação do fornecedor.

**9.10.** Imediatamente após o término do prazo estabelecido para a fase de lances, haverá o seu encerramento, com o ordenamento e divulgação dos lances, pelo sistema, em ordem crescente de classificação.

**9.11.** O encerramento da fase de lances ocorrerá de forma automática pontualmente no horário indicado, sem qualquer possibilidade de prorrogação e não havendo tempo aleatório ou mecanismo similar.

## **10. DO TRATAMENTO DIFERENCIADO ÀS ME/EPP/MEI's**

**10.1.** Nos termos da Lei Complementar nº 123/2006, será assegurado às microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais o tratamento diferenciado e favorecido previsto na legislação, especialmente quanto ao direito de preferência no caso de empate ficto, conforme arts. 44 e 45, quando aplicável.

Não haverá aplicação de critérios de preferência por localização geográfica (local, regional ou estadual), sendo assegurada a ampla concorrência entre os licitantes, nos termos da Lei nº 14.133/21.

## **11. JULGAMENTO DAS PROPOSTAS**

**11.1.** Encerrada a fase de lances, será verificada a conformidade da proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação do objeto e à compatibilidade do preço em relação ao estipulado para a contratação.

**11.2.** No caso de o preço da proposta vencedora estar acima do estimado pela Administração, poderá haver a negociação de condições mais vantajosas.

**a)** Neste caso, será encaminhada contraproposta ao fornecedor que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta com preço compatível ao estimado pela Administração.

**b)** A negociação poderá ser feita com os demais fornecedores classificados, respeitada a ordem de classificação, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido para a contratação.

**c)** Em qualquer caso, concluída a negociação, o resultado será registrado na ata do procedimento do Pregão Eletrônico.

**11.3.** Estando o preço compatível, será solicitado o envio da proposta e, se necessário, de documentos complementares, adequada ao último lance.

**11.4.** O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

**11.5.** Será desclassificada a proposta vencedora que:

**a)** Contiver vícios insanáveis;

**b)** Não obedecer às especificações técnicas pormenorizadas neste aviso ou em seus anexos;

**c)** Apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

**d)** Não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

**e)** Apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste aviso ou seus anexos, desde que insanável.

**11.6.** Quando o fornecedor não conseguir comprovar que possui ou possuirá recursos suficientes para executar a contento o objeto, será considerada inexequível a proposta de preços ou menor lance que:

**a)** For insuficiente para a cobertura dos custos da contratação, apresente preços global ou unitários



**PODER LEGISLATIVO - PALÁCIO ADALGISA PEREIRA PINTO**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE THEOBROMA-RO**

Av.13 de fevereiro, 1358 – Centro, e-mail: [camaradetheobroma@gmail.com](mailto:camaradetheobroma@gmail.com)  
CNPJ: 63.789.614/0001-14, Telefone: (69)3523-1095/1129



simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório do pregão não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio fornecedor, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

b) Apresentar um ou mais valores da planilha de custo que sejam inferiores àqueles fixados em instrumentos de caráter normativo obrigatório, tais como leis, medidas provisórias e convenções coletivas de trabalho vigentes.

**11.7.** Se houver indícios de inexecuibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

**11.8.** Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço.

a) O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

b) Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime

**11.9.** Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

**11.10.** Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, será examinada a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

**11.11.** Havendo necessidade, a sessão será suspensa, informando-se no “chat” a nova data e horário para a sua continuidade.

**11.12.** Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, se iniciará a fase de habilitação, observado o disposto neste Aviso de Pregão Eletrônico.

**11.13.** É facultada ao agente de contratação, em qualquer fase do pregão, proceder a promoção de diligência ou verificações destinadas a esclarecer ou complementar a instrução processual.

## **12. HABILITAÇÃO**

**12.1.** Os documentos a serem exigidos para fins de habilitação constam do **ANEXO I – DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA PARA HABILITAÇÃO** deste aviso e serão solicitados do fornecedor mais bem classificado da fase de lances.

**12.2.** Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do fornecedor detentor da proposta classificada em primeiro lugar, será verificado o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

a) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria Geral da União;

b) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça – CNJ;



**PODER LEGISLATIVO - PALÁCIO ADALGISA PEREIRA PINTO**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE THEOBROMA-RO**

Av.13 de fevereiro, 1358 – Centro, e-mail: [camaradetheobroma@gmail.com](mailto:camaradetheobroma@gmail.com)  
CNPJ: 63.789.614/0001-14, Telefone: (69)3523-1095/1129



c) No Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores –SICAF como inidôneas ou suspensas.

**12.3.** O fornecedor será convocado para manifestação previamente à sua desclassificação.

**12.4.** Constatada a existência de sanção, o fornecedor será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

**12.5.** Caso atendidas as condições de participação, a habilitação dos fornecedores será verificada, nos documentos por ele abrangidos.

**12.6.** Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Aviso de Pregão Eletrônico e já apresentados, o fornecedor será convocado a encaminhá-los via sistema, em formato digital, após solicitação da Administração, sob pena de inabilitação.

**12.7.** Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

**12.8.** O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, estará dispensado (a) da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal;

**12.9.** Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, a sessão será suspensa, sendo informada a nova data e horário para a sua continuidade.

**12.10.** Será inabilitado o fornecedor que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Aviso de Pregão Eletrônico.

**12.11.** Na hipótese de o fornecedor não atender às exigências para a habilitação, o órgão ou entidade examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda às especificações do objeto e as condições de habilitação.

**12.12.** Constatado o atendimento às exigências de habilitação, o fornecedor será habilitado.

### **13. DA CONTRATAÇÃO**

**13.1.** Após a adjudicação e homologação, caso se conclua pela contratação, será firmado Termo de Contrato ou emitido instrumento equivalente.

**13.2.** O adjudicatário terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato ou aceitar instrumento equivalente, conforme o caso (Nota de Empenho/Carta Contrato/Autorização), sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Aviso de Pregão Eletrônico.

**13.3.** O prazo previsto para assinatura do contrato ou aceitação da nota de empenho ou instrumento equivalente poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.



**PODER LEGISLATIVO - PALÁCIO ADALGISA PEREIRA PINTO**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE THEOBROMA-RO**

Av.13 de fevereiro, 1358 – Centro, e-mail: [camaradetheobroma@gmail.com](mailto:camaradetheobroma@gmail.com)  
CNPJ: 63.789.614/0001-14, Telefone: (69)3523-1095/1129



**13.4.** O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida à empresa adjudicada, implica no reconhecimento de que:

a) Referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 14.133, de 2021;

**13.5.** A contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas no Aviso de Pregão Eletrônico e seus anexos;

a) A contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 137 e 138 da Lei nº 14.133/21 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 137 a 139 da mesma Lei.

**13.6.** O prazo da entrega está estipulado conforme apresentado no Termo de Referência;

## **14. DO PAGAMENTO**

**14.1.** O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente à vista da fatura/nota fiscal por ela apresentada devidamente certificada, indicados pelo contratado e que seja VINCULADO AO CNPJ da empresa, sendo efetuada a retenção na fonte dos tributos e contribuições elencadas nas disposições determinadas pelos órgãos fiscais e fazendários, em conformidade com as legislações e instruções normativas vigentes, observada ainda a ordem cronológica de sua exigibilidade, com fulcro nas Instruções Normativas RFB/1234/2012 e RFB 2.145/2023, como se segue: "Os órgãos da administração pública direta dos estados, do Distrito Federal e dos municípios, inclusive suas autarquias e fundações, ficam obrigados a efetuar a retenção, na fonte, do imposto sobre a renda incidente sobre os pagamentos que efetuarem a pessoas jurídicas pelo fornecimento de bens ou prestação de serviços em geral, inclusive obras de construção civil".

**14.2.** O pagamento será efetuado no prazo de até 30 (trinta) dias consecutivos, contados a partir do recebimento definitivo do objeto da Ordem de Fornecimento.

a) A fatura/nota fiscal deverá descrever de forma circunstanciada a descrição dos produtos/materiais e valores conforme o empenho.

b) A fatura/nota fiscal de serviço e de aquisição de peças/acessórios deverá ser expedida separadamente uma da outra.

c) Deve acompanhar a fatura toda a documentação necessária à comprovação de que a CONTRATADA se mantém regular em todas as condições previstas para habilitação no certame.

d) O pagamento somente será efetuado se houver o aceite/certificação da Comissão de Recebimento na fatura/nota fiscal. Se a fatura/nota fiscal não for apresentada ou for apresentada em desacordo ao contratado, com irregularidades, o prazo para o pagamento será interrompido até que a CONTRATADA providencie as medidas saneadoras necessárias à sua regularização formal, não implicando qualquer ônus para a Câmara Municipal de Theobroma/RO.

e) Saneadas a irregularidades, o prazo de pagamento será contado do início a partir da data de protocolo da comunicação escrita da regularização das falhas e omissões pela CONTRATADA. Tudo em conformidade com que dispõe sobre a Ordem Cronológica de Pagamentos, no âmbito da Câmara Municipal de Theobroma/RO.

## **15.DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

**15.1.** Comete infração administrativa o fornecedor que cometer quaisquer das infrações previstas no art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021, quais sejam:

a) Dar causa à inexecução parcial do contrato;



**PODER LEGISLATIVO - PALÁCIO ADALGISA PEREIRA PINTO**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE THEOBROMA-RO**

Av.13 de fevereiro, 1358 – Centro, e-mail: [camaradetheobroma@gmail.com](mailto:camaradetheobroma@gmail.com)  
CNPJ: 63.789.614/0001-14, Telefone: (69)3523-1095/1129



- b) Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) Dar causa à inexecução total do contrato;
- d) Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- e) Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não manter a proposta em especial quando:
  - Não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;
  - Recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;
  - Pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;
- f) Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- g) Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- h) Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante o Pregão Eletrônico ou a execução do contrato;
- i) Fraudar o Pregão Eletrônico ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- j) Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- k) Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos deste certame.
- l) Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.
- m) Recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato, ou a aceitar ou retirar instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração.

**15.2.** O licitante/adjudicatário que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções no **artigo 156 da Lei Federal nº 14133/2021**, qual seja:

- a) Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
- b) Multa de até 10% sobre o valor total do contrato ou da ata de registro de preços;
- c) Multa de até 0,5% (meio por cento) ao dia, incidente sobre o valor contratado, em caso de atraso na assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, na execução dos serviços ou na apresentação de documentos exigidos pela CONTRATANTE, limitada a 20% (vinte por cento) do valor total do contrato.
- d) **Impedimento de licitar e contratar** no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
- e) A **declaração de inidoneidade para licitar ou contratar**, será aplicada nos casos de infrações administrativas graves, impedindo o responsável de licitar ou contratar com qualquer órgão ou entidade da Administração Pública, direta ou indireta, da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, por prazo de **3 (três) a 6 (seis) anos**, conforme a gravidade da infração.

**15.3.** Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021).

**15.4.** Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).



**PODER LEGISLATIVO - PALÁCIO ADALGISA PEREIRA PINTO**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE THEOBROMA-RO**

Av.13 de fevereiro, 1358 – Centro, e-mail: [camaradetheobroma@gmail.com](mailto:camaradetheobroma@gmail.com)  
CNPJ: 63.789.614/0001-14, Telefone: (69)3523-1095/1129



**15.5.** Na aplicação das sanções serão considerados:

- a) A natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) As peculiaridades do caso concreto;
- c) As circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) Os danos que dela provierem para a Administração Pública;

**15.6.** A aplicação das sanções previstas neste Aviso de Pregão Eletrônico, não excluem em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

**15.7.** A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

**15.8.** A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao fornecedor/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133, de 2021.

## **16. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

**16.1.** O procedimento será divulgado no [www.licitanet.com.br](http://www.licitanet.com.br) e no site da Câmara Municipal, e encaminhado automaticamente aos fornecedores, por mensagem eletrônica, na correspondente linha de fornecimento que pretende atender.

**16.2.** No caso de todos os fornecedores restarem desclassificados ou inabilitados (procedimento fracassado), a Administração poderá:

- a) Republicar o presente Aviso de Pregão Eletrônico com uma nova data;
- b) Valer-se, para a contratação, de proposta obtida na pesquisa de preços que serviu de base ao procedimento, se houver, privilegiando-se os menores preços, sempre que possível, e desde que atendidas às condições de habilitação exigidas.
- c) No caso da alínea "b", a contratação será operacionalizada fora deste procedimento.
- d) Fixar prazo para que possa haver adequação das propostas ou da documentação de habilitação, conforme o caso.
- e) As providências das alíneas "a" e "b" também poderão ser utilizadas se não houver o comparecimento de quaisquer fornecedores interessados (procedimento deserto).

**16.3.** Havendo a necessidade de realização de ato de qualquer natureza pelos fornecedores, cujo prazo não conste deste Aviso de Pregão Eletrônico, deverá ser atendido o prazo indicado pelo agente competente da Administração na respectiva notificação.

**16.4.** Caberá ao fornecedor acompanhar as operações, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda do negócio diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

**16.5.** Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário.

**16.6.** Os horários estabelecidos na divulgação deste procedimento e durante o envio de lances observarão o horário de Brasília-DF, inclusive para contagem de tempo e registro no Sistema e na documentação relativa ao procedimento.

**16.7.** No julgamento das propostas e da habilitação, a Administração poderá sanar erros ou falhas que não





**PODER LEGISLATIVO - PALÁCIO ADALGISA PEREIRA PINTO**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE THEOBROMA-RO**

Av.13 de fevereiro, 1358 – Centro, e-mail: [camaradetheobroma@gmail.com](mailto:camaradetheobroma@gmail.com)  
CNPJ: 63.789.614/0001-14, Telefone: (69)3523-1095/1129



alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

**16.8.** As normas disciplinadoras deste Aviso de Pregão Eletrônico serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

**16.9.** Os fornecedores assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo de contratação.

**16.10.** Em caso de divergência entre disposições deste Aviso de Pregão Eletrônico e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Aviso.

**16.11.** Da sessão pública será divulgada Ata no sistema eletrônico.

## **17. DO FORO**

**17.1.** As questões decorrentes da execução deste Instrumento, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas no Foro da Comarca de Jaru/RO, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

## **18. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

**18.1.** O presente Pregão Eletrônico será conduzido pela **Agente de Contratação**, Sra. **Beatriz de Souza Reis**, designada pela **Portaria nº 020/2026**, com o apoio da **Equipe de Apoio** nomeada pela Presidência da Câmara Municipal de Theobroma, **conforme Resolução nº 088/CMT/2025**, que regulamenta a atuação do Agente de Contratação e da Equipe de Apoio no âmbito da Câmara Municipal de Theobroma/RO.

## **19. DOS ANEXOS**

**ANEXO I - DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA PARA HABILITAÇÃO E DECLARAÇÕES ANEXO**

**I- A – DECLARAÇÃO CONJUNTA;**

**ANEXO II - TERMO DE REFERÊNCIA**

**ANEXO III - MODELO DE PROPOSTA**

Theobroma-RO, 25 de junho de 2026.

**Responsável pela condução do Pregão:**

**BEATRIZ DE SOUZA REIS**

Agente de Contratação

Portaria 020/2026



## **ANEXO I**

### **DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA PARA HABILITAÇÃO E DECLARAÇÕES**

**1) Para habilitação no presente Pregão Eletrônico será exigida a entrega dos seguintes documentos:**

#### **1.1. Documentação relativa à qualificação jurídica**

- a) Ato constitutivo, Estatuto ou Contrato Social e alterações; havendo consolidação do contrato social, apenas a última alteração devidamente registrada, em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedades por ações, acompanhados de documentos de eleição da última administração;
- b) No caso de sociedade civil, ato constitutivo e respectivas alterações, devidamente registrados, acompanhados de prova de investidura da Diretoria em exercício;
- c) Registro Comercial, no caso de empresa individual;
- d) Cópia do documento oficial onde constem número do RG e CPF dos sócios ou do Sócio Administrador.
- e) Em caso de procurador deve apresentar também cópia dos documentos (RG e CPF) do Procurador, devidamente acompanhado do instrumento de PROCURAÇÃO.

#### **1.2. Documentação relativa à regularidade fiscal e trabalhista:**

- a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);
- b) Certidão Conjunta de Tributos Federais e Dívida Ativa da União, a qual engloba também os tributos relativos ao Instituto Nacional de Seguridade Social;
- c) Certidão Negativa de Tributos Estaduais;
- d) Certidão Negativa de Tributos Municipais, do domicílio sede da licitante, expedida pelo órgão competente;
- e) Certificado de Regularidade do FGTS (CRF);
- f) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (Lei 12.440 de 07 de Julho 2011)-Emitida no site
- g) Certidão negativa correcional (ePAD, CGU-PJ, CEIS, CNEP e CEPIM)
- h) SINTEGRA

#### **1.3. Documentação relativa à qualificação econômica e financeira:**

- a) Certidão negativa de falência, concordata e certidão de recuperação judicial expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, que esteja dentro do prazo de validade expresso na própria Certidão, ou quando não constar o prazo de validade, que esteja datada dos últimos 90 (noventa) dias, antes da data de abertura deste certame.

#### **1.4. Documentação relativa à qualificação técnica:**

- a) Atestado de Capacidade Técnica (ACT) em nome da licitante emitido (s) por pessoas jurídicas de direito público ou privado, onde comprove "aptidão para o desempenho de atividade pertinente e compatível em características com o objeto da licitação"

#### **1.5. DECLARAÇÃO**

- a) FATO SUPERVENIENTE;
- b) EMPREGABILIDADE DE MENOR;
- c) GRAU DE PARENTESCO;

#### **1.6. ENCAMINHAR DOCUMENTOS**

e-mail: [camaradetheobroma@gmail.com](mailto:camaradetheobroma@gmail.com)



## ANEXO I – A

### DECLARAÇÃO CONJUNTA ANEXO I-A

#### DECLARAÇÃO CONJUNTA

**Pregão eletrônico nº \_\_\_\_/2026**

(Razão social da licitante), CNPJ nº \_\_\_\_\_, estabelecida no (a) \_\_\_\_\_, neste ato representada pelo(a) Sr.(a). \_\_\_\_\_ (representante da empresa e qualificação do mesmo, constando inclusive qual a função/cargo na empresa), portador (a) de CI/RG nº \_\_\_\_\_, CPF nº \_\_\_\_\_.

#### DECLARAÇÃO INEXISTÊNCIA DE FATO IMPEDITIVO

Declara, sob as penas da lei, que até a presente data inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no presente processo licitatório, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

#### DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO COMO MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE

DECLARA, para fins de comprovação no Aviso de Pregão Eletrônico de Theobroma/RO, sob as sanções administrativas cabíveis e sob as penas da lei, que esta empresa, na presente data, é considerada:

☐ MICRO EMPREENDEDOR INDIVIDUAL - MEI

☐ MICROEMPRESA - ME

☐ EMPRESA DE PEQUENO PORTE-EPP

☐ NÃO SE DECLARA MICROEMPRESA PARA FINS DE USUFRUIR DOS BENEFÍCIOS DA LEI COMPLEMENTAR 123/2006. DECLARAÇÃO DE PLENO CONHECIMENTO DO OBJETO  
DECLARA, sob as penas da Lei, que possui pleno conhecimento do objeto do presente Pregão Eletrônico, e concorda com todas as exigências contidas no Aviso de Pregão Eletrônico.

#### DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE

Declara para fins de atendimento ao que consta do Aviso da presente Pregão Eletrônico, do Município de Theobroma/RO que a empresa se responsabiliza pelas transações que forem efetuadas no sistema, assumindo como firme e verdadeiras.

#### DECLARAÇÃO DE QUE ATENDE AO DISPOSTO NO ART. 93 DA LEI Nº 8.213/1991

Declara, para os devidos fins, que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal, e que atende à reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e às regras de acessibilidade previstas na legislação, conforme disposto no art. 93 da Lei nº 8.213/1992.

#### DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DO ART. 7º, XXXIII DA CF/88

Declara, sob as penas da lei, que nossa empresa não contrata menores de dezoito anos de idade em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, nem menores de quatorze anos de idade, salvo na condição de aprendiz, cumprindo fielmente o disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal de 1988.

#### DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DO ART. 63º, IV DA LEI Nº 14.133/2021



**PODER LEGISLATIVO - PALÁCIO ADALGISA PEREIRA PINTO**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE THEOBROMA-RO**

Av.13 de fevereiro, 1358 – Centro, e-mail: [camaradetheobroma@gmail.com](mailto:camaradetheobroma@gmail.com)

CNPJ: 63.789.614/0001-14, Telefone: (69)3523-1095/1129



Declara expressamente, sob as penas da Lei, que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

---

Assinatura do representante da Empresa



## ANEXO II TERMO DE REFERÊNCIA

### 1. INTRODUÇÃO

- a) O presente Termo de Referência foi elaborado em observância ao disposto na Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais normas aplicáveis, visando estabelecer as condições, especificações e critérios técnicos para a aquisição de veículo automotor destinado ao atendimento das necessidades institucionais da Câmara Municipal.
- b) A contratação tem por finalidade proporcionar maior eficiência, economicidade, segurança e continuidade das atividades administrativas e institucionais desenvolvidas pelo Poder Legislativo, garantindo condições adequadas para o deslocamento de agentes públicos e o desempenho das atribuições legais inerentes às suas competências.
- c) A definição das especificações técnicas e dos requisitos mínimos de desempenho observará critérios objetivos, compatíveis com as necessidades da Administração, fundamentados em estudos técnicos preliminares e em pesquisa de mercado, buscando assegurar a seleção da proposta mais vantajosa, em conformidade com os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência, economicidade, planejamento, transparência e do interesse público.

### 2. OBJETO

- a) O presente Termo de Referência tem por objeto a futura aquisição de 01 (um) veículo automotor tipo SUV compacto híbrido, zero quilômetro, destinado ao atendimento das necessidades institucionais da Câmara Municipal de Theobroma/RO.
- b) O preço, as especificações do objeto, as quantidades mínimas e máximas de cada item, fornecedor (es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

Item	Descrição	Quant.	Unid	Valor Unit.	Valor Total
1	<b>VEÍCULO AUTOMOTOR TIPO SUV COMPACTO HÍBRIDO, 0 KM, POTÊNCIA MÍNIMA DO MOTOR 1,5.</b>  <b>CARACTERÍSTICAS GERAIS:</b> t) ZERO KM; u) 04 PORTA; v) TRAÇÃO 4X2; DIANTEIRA w) EQUIPAMENTOS OBRIGATORIOS EXIGIDO PELO CONTRAN;	01	UN	R\$ 243.997,50	R\$ 243.997,50



**PODER LEGISLATIVO - PALÁCIO ADALGISA PEREIRA PINTO**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE THEOBROMA-RO**

Av.13 de fevereiro, 1358 – Centro, e-mail: [camaradetheobroma@gmail.com](mailto:camaradetheobroma@gmail.com)

CNPJ: 63.789.614/0001-14, Telefone: (69)3523-1095/1129



<p>x) CAPACIDADE MINIMA PARA 05 OCUPANTES;</p> <p>y) DIMENSOES APROXIMADAS: COMPRIMENTO MÍNIMO 4.100 MM; ENTRE EIXOS MÍNIMOS 2.500 MM; LARGURA MÍNIMA 1.750 MM; ALTURA MÍNIMA 1.550 MM;</p> <p>z) MOTOR: MOTORIZAÇÃO HÍBRIDA (COMBUSTÃO + ELÉTRICA), MÍNIMA 3 CILINDROS, POTÊNCIA COMBINADA MÍNIMA DE 105 CV;</p> <p>aa) SISTEMA DE ALIMENTAÇÃO: INJEÇÃO ELETRÔNICA, COMBUSTÍVEL GASOLINA OU FLEX, SISTEMA HÍBRIDO COM REGENERAÇÃO, TANQUE MÍNIMO 35 LITROS;</p> <p>bb) TRANSMISSÃO: AUTOMÁTICO TIPO CVT OU SIMILAR;</p> <p>cc) DIREÇÃO: ELÉTRICA OU ELETROASSISTIDA;</p> <p>dd) SEGURANÇA: ABS, EBD AIRBAGS FRONTAIS E LATERAIS, CONTROLE DE ESTABILIDADE E TRAÇÃO ASSISTENTE DE RAMP, CINTOS 3 PONTOS ENCOSTOS DE CABEÇA ALARME, CÂMERA DE RÉ OU SENSOR;</p> <p>ee) CONFORTO: AR-CONDICIONADO, DIREÇÃO AJUSTÁVEL, VIDROS E TRAVAS ELÉTRICAS, RETROVISORES ELÉTRICOS, BANCOS DE MOTORISTA COM AJUSTES DE ALTURA;</p> <p>ff) RODAS: LIGA LEVE ARO MÍNIMO 16;</p> <p>gg) TECNOLOGIA: MULTIMÍDIA DE TELA, BLUETOOTH, CONEXÃO USB, VOLANTE MULTIFUNCIONAL;</p> <p>hh) EFICIENCIA: BAIXO CONSUMO E SISTEMA HÍBRIDO COM RECARGA AUTOMÁTICA;</p> <p>ii) ACESSORIOS: TAPETES E PROTETOR DE CÁRTER(QUANDO APLICÁVEL)</p> <p>jj) DEMAIS ITENS: EQUIPADO COM TODOS OS ITENS DE SÉRIE, CONFORME CATALOGO COMERCIAL DO VEÍCULO;</p> <p>kk) REFERENCIA: QUALIDADE IGUAL OU SUPERIOR A SUV HÍBRIDO COMPACTO DO MERCADO NACIONAL.</p>				
--	--	--	--	--





**PODER LEGISLATIVO - PALÁCIO ADALGISA PEREIRA PINTO**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE THEOBROMA-RO**

Av.13 de fevereiro, 1358 – Centro, e-mail: [camaradetheobroma@gmail.com](mailto:camaradetheobroma@gmail.com)

CNPJ: 63.789.614/0001-14, Telefone: (69)3523-1095/1129



	II) EMPLACAMENTO: ENTREGUE JA EMPLACADO NO ESTADO DE RONDONIA MUNICIPIO NDE THEOBROMA-RO DEVIDAMENTE REGISTRADO NO DETRAN; mm) ANO/MODELO: ANO E MODELO DE FABRICAÇÃO IGUAIS OU POSTERIORES A DATA DO PEDIDO DE FORNECIMENTO;				
<b>VALOR TOTAL</b>				<b>R\$243.997,50</b>	

### 3. JUSTIFICATIVA

- A presente contratação é motivada pela necessidade de dotar a Câmara Municipal de Theobroma/RO de veículo oficial adequado para atendimento das demandas institucionais que exigem deslocamentos frequentes de vereadores, servidores e demais agentes públicos no desempenho de atividades administrativas, legislativas, fiscalizatórias, representativas e de interesse público.
- A disponibilização de veículo próprio visa proporcionar maior autonomia administrativa, eficiência operacional, segurança e continuidade na execução das atividades externas desenvolvidas pelo Poder Legislativo Municipal, especialmente no atendimento de agendas institucionais, visitas técnicas, participação em reuniões, inspeções, diligências e demais compromissos inerentes às atribuições legais da Câmara Municipal.
- Adicionalmente, a escolha por veículo com tecnologia híbrida justifica-se pela busca de soluções mais eficientes e sustentáveis para a Administração Pública, considerando o potencial de redução no consumo de combustível, otimização dos custos operacionais ao longo da vida útil do bem e contribuição para a diminuição dos impactos ambientais decorrentes da utilização de veículos automotores.
- Dessa forma, a contratação pretendida mostra-se necessária, conveniente e oportuna, estando alinhada aos princípios da eficiência, economicidade, sustentabilidade e interesse público que regem a Administração Pública, contribuindo para o fortalecimento da estrutura operacional e para o adequado desempenho das atividades institucionais da Câmara Municipal de Theobroma/RO.

### 4. DA EXECUÇÃO E REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

- A contratação deverá observar os seguintes requisitos mínimos, necessários ao adequado atendimento das necessidades da Câmara Municipal:
  - 4.1 Requisitos Gerais**
  - O veículo deverá ser novo, zero quilômetro, sem uso anterior, de primeiro emplacamento em nome da Câmara Municipal, atendendo às disposições da legislação vigente;
  - O veículo deverá ser fornecido em perfeitas condições de funcionamento, conservação e segurança, livre de quaisquer defeitos de fabricação;
  - O bem deverá atender às normas expedidas pelos órgãos competentes, especialmente às regulamentações do Conselho Nacional de Trânsito – CONTRAN, do Código de Trânsito Brasileiro – CTB e demais normas técnicas aplicáveis;



- f) O fornecimento deverá contemplar todos os equipamentos obrigatórios exigidos pela legislação vigente, bem como os acessórios e itens originais de fábrica previstos para a versão ofertada;
- g) O veículo deverá ser entregue acompanhado dos respectivos manuais de operação e manutenção, certificado de garantia e demais documentos necessários à sua regular utilização.

**h) 4.2 Requisitos Técnicos**

- i) As especificações técnicas mínimas do veículo serão definidas em item próprio deste Termo de Referência, devendo observar critérios objetivos relacionados ao desempenho, segurança, conforto, durabilidade, eficiência energética, funcionalidade e adequação às necessidades institucionais da Administração, vedada a indicação de marca ou modelo específico, salvo nas hipóteses legalmente admitidas.

**j) 4.3 Garantia**

- k) O veículo deverá possuir garantia mínima de fábrica, conforme política do fabricante, contra defeitos de fabricação e funcionamento;
- l) Durante o período de garantia, a contratada deverá assegurar o suporte necessário para o atendimento das condições estabelecidas pelo fabricante;
- m) A garantia compreenderá peças, componentes e serviços necessários à correção de defeitos de fabricação, sem ônus para a Administração, observadas as condições estabelecidas pelo fabricante.

**n) 4.4 Assistência Técnica**

- o) O fabricante ou a rede autorizada deverá disponibilizar assistência técnica apta à realização das revisões e serviços previstos no período de garantia;
- p) As manutenções preventivas e corretivas cobertas pela garantia deverão observar as recomendações técnicas do fabricante.

**q) 4.5 Sustentabilidade**

- r) A contratação deverá observar, sempre que aplicável, critérios de sustentabilidade ambiental, considerando a eficiência energética, o atendimento às normas de controle de emissão de poluentes e demais requisitos previstos na legislação pertinente, compatíveis com a natureza do objeto.

**s) 4.6 Entrega**

- t) O veículo deverá ser entregue em perfeitas condições de uso e funcionamento, devidamente revisado, abastecido em quantidade mínima necessária para os testes operacionais, acompanhado de todos os acessórios, equipamentos obrigatórios e documentação pertinente, no local indicado pela Administração.
- u) Os requisitos previstos neste Termo de Referência restringem-se àqueles indispensáveis ao atendimento da necessidade administrativa, observando os princípios da isonomia, competitividade, proporcionalidade e seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública.

**5. PRAZO DE EXECUÇÃO**

- a) A solicitação dos bens junto à contratada, será feito conforme necessidade da Câmara Municipal de Theobroma, mediante Ordem de Fornecimento, emitido pelo encarregado responsável, contendo especificações, quantidades e prazos desejados, devendo a contratada efetivar a entrega no prazo máximo de



**PODER LEGISLATIVO - PALÁCIO ADALGISA PEREIRA PINTO**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE THEOBROMA-RO**

Av.13 de fevereiro, 1358 – Centro, e-mail: [camaradetheobroma@gmail.com](mailto:camaradetheobroma@gmail.com)

CNPJ: 63.789.614/0001-14, Telefone: (69)3523-1095/1129



60 (sessenta) dias úteis, contados do recebimento da respectiva ordem, sob pena de aplicação das sanções administrativas cabíveis;

- b) Os fornecimentos deverão ser prestados, rigorosamente, dentro das especificações estabelecidas no termo de referência, na proposta vencedora, implicando a não observância dessa condição na recusa dos mesmos, não se responsabilizando a CONTRATANTE por qualquer indenização;
- c) Deverá ser submetida à apreciação e à aprovação prévia da CONTRATANTE qualquer medida que implique alteração dos fornecimentos dos objetos contratados;
- d) O local de entrega dos bens será, preferencialmente, nas dependências da Câmara Municipal de Theobroma, Estado de Rondônia/RO, situada na Av. 13 de Fevereiro, nº 1358, Centro, Theobroma/RO, no horário de expediente regular (07h00 às 13h00), cabendo à contratada a responsabilidade pela integridade do bem até o recebimento definitivo.
- e) § 1º Alternativamente, mediante prévio alinhamento entre as partes, a Câmara Municipal poderá optar pela retirada do veículo diretamente nas dependências da concessionária contratada, hipótese em que a responsabilidade pela integridade do bem permanecerá sob a responsabilidade da contratada até a efetiva retirada e conferência pelo representante designado da Administração.
- f) O fornecimento será acompanhado de garantia técnica mínima de fábrica, a qual deverá abranger peças, componentes, mão de obra e atendimento de assistência técnica autorizada no âmbito do Estado de Rondônia, responsabilizando-se a contratada pelo atendimento de eventuais manutenções corretivas ou substituições necessárias durante o período de garantia, sem ônus adicional à Administração.
- g) Durante a execução contratual, caberá à contratada manter condições operacionais para assegurar a plena continuidade de atendimento das solicitações, observadas as condições, prazos e obrigações previstos no instrumento contratual, respondendo integralmente pela qualidade dos bens entregues e pelo fiel cumprimento do objeto contratado.

## **6. FISCALIZAÇÃO E ACOMPANHAMENTO**

- a) A fiscalização e o acompanhamento dos fornecimentos serão realizados por servidores designados pela Câmara Municipal de Theobroma, que verificarão a execução dos fornecimentos conforme os padrões de qualidade exigidos.
- b) A execução do contrato será acompanhada e fiscalizada por servidor(es) designado(s) por portaria da Administração, que atuarão como gestor e fiscais do contrato, nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133/2021.
- c) Compete ao gestor do contrato o acompanhamento técnico-administrativo global da execução, promovendo o controle dos prazos, a solicitação de providências à contratada, o recebimento provisório e definitivo dos bens, bem como o encaminhamento das medições e notas fiscais para pagamento, desde que verificada a conformidade da entrega.
- d) Caberá aos fiscais do contrato, dentro de suas respectivas áreas de atuação, proceder ao controle, conferência, inspeção e registro das entregas efetuadas e da regularidade da prestação de garantia e assistência técnica, mediante elaboração de relatórios regulares de fiscalização, que passarão a compor os autos do contrato.
- e) Durante a execução contratual, serão adotados instrumentos de controle e acompanhamento tais como:
  - REGISTRO próprio de ordens de fornecimento emitidas;
  - CONTROLE formal de prazos para entrega e garantia;
  - FICHAS de recebimento provisório/definitivo;
  - RELATÓRIO de acompanhamento de assistência técnica quando acionada;



**PODER LEGISLATIVO - PALÁCIO ADALGISA PEREIRA PINTO**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE THEOBROMA-RO**

Av.13 de fevereiro, 1358 – Centro, e-mail: [camaradetheobroma@gmail.com](mailto:camaradetheobroma@gmail.com)  
CNPJ: 63.789.614/0001-14, Telefone: (69)3523-1095/1129



- f) Toda comunicação entre a Administração e a contratada deverá ocorrer por meio formal (ofício, e-mail institucional ou sistema), com registro nos autos para fins de transparência e rastreabilidade, observando-se o dever legal de gestão eficiente previsto na Lei nº 14.133/2021.

**7. GARANTIA, MANUTENÇÃO E ASSISTÊNCIA TÉCNICA (ART. 40, III, DA LEI Nº 14.133/2021).**

- a) O veículo objeto da contratação deverá ser novo, zero quilômetro, de primeiro emplacamento, com ano/modelo correspondente ao exercício da entrega ou superior, sendo vedado o fornecimento de veículo usado, remanufaturado, recondicionado ou com características incompatíveis com as especificações estabelecidas neste Termo de Referência.
- b) O veículo deverá possuir garantia de fábrica, observadas as condições originalmente oferecidas pelo fabricante para o modelo ofertado, não podendo ser inferior a 36 (trinta e seis) meses, contados da data do recebimento definitivo pela Administração.
- c) A garantia deverá abranger os componentes mecânicos, elétricos, eletrônicos, estruturais e demais sistemas integrantes do veículo, contemplando a substituição ou reparação de peças e componentes que apresentem defeitos de fabricação ou de funcionamento, sem quaisquer ônus para a Câmara Municipal, durante o período de cobertura estabelecido pelo fabricante.
- d) Durante o período de garantia, a contratada deverá:
- e) I – assegurar o pleno exercício da garantia de fábrica do veículo fornecido;
- f) II – disponibilizar ou assegurar o acesso à rede de assistência técnica autorizada pelo fabricante, apta à realização dos serviços cobertos pela garantia;
- g) III – promover, às suas expensas, a substituição ou reparação de peças e componentes cobertos pela garantia do fabricante, quando constatados defeitos de fabricação ou funcionamento;
- h) IV – fornecer peças originais, genuínas ou homologadas pelo fabricante, compatíveis com o veículo fornecido, quando necessária sua substituição em razão da garantia.
- i) Os serviços executados em garantia deverão observar os procedimentos técnicos, prazos e demais condições estabelecidas pelo fabricante do veículo e por sua rede autorizada de assistência técnica.
- j) A garantia não abrangerá defeitos ou danos decorrentes de uso inadequado, acidentes, modificações não autorizadas, manutenção realizada por terceiros não credenciados pelo fabricante, desgaste natural dos componentes ou quaisquer outras hipóteses de exclusão previstas nas condições da garantia de fábrica.
- k) Durante o período de garantia, a contratada deverá assegurar que as revisões periódicas e os serviços de assistência técnica cobertos pela garantia sejam realizados em rede autorizada do fabricante localizada no Estado de Rondônia, de modo a garantir a adequada operacionalidade do veículo e evitar deslocamentos excessivos que possam comprometer a continuidade das atividades administrativas da Câmara Municipal.
- l) Na hipótese de inexistência de rede autorizada do fabricante no Estado de Rondônia apta a realizar os serviços necessários, a contratada deverá indicar estabelecimento autorizado localizado na região mais próxima do Município de Theobroma/RO, responsabilizando-se pelos procedimentos necessários à manutenção da garantia do veículo, sem prejuízo dos direitos da Administração.
- m) O recebimento definitivo do veículo não exclui a responsabilidade da contratada e do fabricante pelos vícios ocultos, defeitos de fabricação ou inadequações do produto que venham a ser constatados durante o período de garantia, observado o disposto na legislação aplicável.



- n) O descumprimento das obrigações contratuais relacionadas à garantia e à assistência técnica sujeitará a contratada às penalidades previstas na Lei Federal nº 14.133/2021 e no respectivo instrumento contratual, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

## 8. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- a) A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Termo de Referência, seus anexos e sua proposta, assumido com exclusividade seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e ainda:
- b) Efetuar a entrega dos objeto em perfeitas condições, conforme as especificações, prazo e local constantes no Edital e seus anexos;
- c) Responsabilizar – se pelos vícios e danos decorrentes do material:
- d) Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos.
- e) Comunicar a Contratante, no prazo de 02 (dois) dias úteis que antecede a data da execução, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação.
- f) Manter, durante toda a execução do contrato em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação .
- g) Indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato.
- h) Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, as partes do objeto desta licitação em que se verificar vícios, defeitos ou incorreções, no prazo máximo de 02 (dois) dias a contar da notificação para tal.
- i) Entregar os veículos conforme as especificações técnicas constantes no edital ou termo de referência.
- j) Corrigir, remover ou substituir qualquer veículo com vícios ou falhas estruturais ou técnicas, por conta própria, sem ônus para a Administração.
- k) Responder por danos materiais ou pessoais decorrentes do uso dos veículos, incluindo acidentes, independentemente da fiscalização do órgão público.
- l) Todos os veículos deverão ser entregues com vedação completa, e demais equipamentos normais de produção pertinentes ao modelo e equipamentos exigidos pelo Código de Trânsito Brasileiro
- m) Os veículos deverão ser entregues já **EMPLICADOS** e **LICENCIADOS** com primeiro emplacamento no estado de Rondônia município de Theobroma-RO, devidamente registrado no DETRAN. Qualquer despesa com o emplacamento do veículo será responsabilidade da vencedora do certame.
- n) O veículo deverá possuir garantia de fábrica, observada a garantia originalmente oferecida pelo fabricante para o modelo ofertado, não podendo ser inferior a 36 (trinta e seis) meses, ou 100.000 (cem mil) km rodados o que ocorrer primeiro.
- o) Durante o período de garantia, a contratada deverá assegurar que as revisões periódicas e os serviços de assistência técnica cobertos pela garantia sejam realizados em rede autorizada do fabricante localizada no Estado de Rondônia.
- p) Os veículos deverão ser 0 (zero) km com ano/modelo correspondente ao exercício da entrega ou superior.

## 9. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- a) Proporcionar todas as facilidades para que o fornecedor possa cumprir suas obrigações dentro das normas e condições estabelecidas neste Termo de Referência;





- b) Acompanhar e fiscalizar a execução dos fornecimentos por servidor especialmente designado pela Administração, podendo sustar, recusar, mandar fazer ou desfazer quaisquer produto que não estejam de acordo com as condições e exigências especificadas neste Termo de Referência.
- c) Notificar por escrito à empresa fornecedora, as ocorrências de eventuais imperfeições no curso da execução dos fornecimentos, fixando prazo para sua correção.
- d) Efetuar os pagamentos nas condições e preços pactuados;
- e) Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelos empregados da empresa contratada;
- f) Aplicar as penalidades previstas para o caso de não cumprimento de cláusulas contratuais ou aceitar as justificativas apresentadas pela Contratada.

## **10. DA FORMA DE PAGAMENTO**

- a) Após a realização da conferência de toda a documentação pelo Fiscal de Contrato a Contratada terá um prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis para apresentar a Nota Fiscal/Fatura à Administração.
- b) As notas fiscais/faturas deverão ser emitidas e apresentadas após a entrega do produto, devendo conter no seu corpo a descrição do material, o número do processo e nota de empenho, da conta bancária da CONTRATADA, para efetivação do pagamento.
- c) O pagamento será efetuado pela contratante em até 30 (trinta) dias úteis após a apresentação da Nota Fiscal/Fatura, que deverá ser acompanhada das certidões de tributos Federais, Estaduais, Municipais, FGTS e INSS.
- d) Na hipótese da apresentação de mais de uma nota fiscal/fatura, e, se alguma delas apresentarem erros ou dúvidas quanto à exatidão ou documentação, a CONTRATANTE poderá pagar apenas àquela que encontra-se correta, no prazo fixado para pagamento, ressalvado o direito da CONTRATADA de reapresentar, para cobrança àquelas inexatas devidamente corrigidas, com as justificativas necessárias (nestes casos também a CONTRATANTE terá o prazo de até 30 (trinta) dias, a partir do recebimento, para efetuar uma análise e o pagamento).
- e) Sem prejuízo das sanções cabíveis, o pagamento poderá ser retido ou glosado, quando a CONTRATADA não produzir os resultados, deixar de executar ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; Nota Fiscal/Fatura será apresentada pela empresa contratada, e deverá conter o detalhamento dos bens fornecimentos, bem como, os seguintes elementos necessários e essenciais do documento.
- f) Em caso de irregularidades ou imperfeições na emissão dos documentos fiscais, o prazo de pagamento será contado a partir da sua reapresentação, desde que devidamente regularizado.
- g) A CONTRATANTE reserva-se o direito de recusar o pagamento se no ato da atestação os produtos fornecidos não estiverem em perfeitas condições com o descrito neste Termo de Referência ou em desacordo com as especificações apresentadas e aceitas pela CONTRATADA.

## **11. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS**

- a) A contratação será atendida pela seguinte dotação orçamentária:

<b>01</b>	<b>PODER LEGISLATIVO</b>
<b>01.001</b>	<b>CÂMARA MUNICIPAL</b>
<b>01.001.01.031.0001.1002</b>	<b>AQUISIÇÃO DE BENS MÓVEIS - CÂMARA</b>
<b>01.031.0001.1181.0000</b>	<b>APÓLICE SEGURO Nº 0531 10 3705132 (CONTRATO Nº 306053)</b>





4.4.90.52.00

## EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE

**VALOR ESTIMADO – R\$243.997,50** (duzentos e quarenta e três mil reais, novecentos e noventa e sete reais e cinquenta centavos).

### 12. DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DO OBJETO

- a) A CONTRATADA está sujeito à fiscalização do bem no ato da entrega e posteriormente, reservando-se a esta Câmara Municipal, através do responsável, o direito de não receber o bem, caso o mesmo não se encontre em condições;
- b) Caso o bem seja entregue em desacordo com os requisitos estabelecidos pela Câmara, ou em quantidade inferior ao estabelecido, à empresa deverá refazer-lo ou complementa-lo em no máximo 30 (trinta) dias;
- c) As entregas poderão eventualmente ser suspensas ou alteradas, a critério desta Câmara Municipal. O recebimento será efetivado nos seguintes termos:
  - I. **PROVISORIAMENTE**, para efeito de posterior verificação do produto entregue com as especificações constantes neste Termo de Referência.
  - II. **DEFINITIVAMENTE**, após a verificação da qualidade e quantidade do produto e consequente aceitação pelo Setor Competente.
- d) A CONTRATADA obriga-se a fornecer o objeto a que se refere este Termo de Referência de acordo estritamente com as especificações aqui descritas, sendo de sua inteira responsabilidade a substituição do mesmo quando constatado no seu recebimento não estar em conformidade com as referidas especificações;
- e) A empresa contratada deverá no tocante ao fornecimento e entrega do item objeto deste Certame, OBEDECER rigorosamente todas as disposições legais pertinentes.

### 13. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- a) O descumprimento de qualquer das condições descritas neste documento ou à não execução total ou parcial por parte da CONTRATADA de qualquer dos bens discriminados neste instrumento, implicará a faculdade de a CONTRATANTE rescindir o contrato unilateralmente (artigos 137 a 139 da Lei nº 14.133/2021), aplicar multas e sanções previstas em lei.
- b) Comete infração administrativa, nos termos do art. 155 da Lei nº 14.133/2021, a CONTRATADA que:
  - I. Dar causa à inexecução parcial do contrato;
  - II. Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
  - III. Dar causa à inexecução total do contrato;
  - IV. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
  - V. Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
  - VI. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
  - VII. Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;



**PODER LEGISLATIVO - PALÁCIO ADALGISA PEREIRA PINTO**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE THEOBROMA-RO**

Av.13 de fevereiro, 1358 – Centro, e-mail: [camaradetheobroma@gmail.com](mailto:camaradetheobroma@gmail.com)  
CNPJ: 63.789.614/0001-14, Telefone: (69)3523-1095/1129



- VIII. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- IX. Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- X. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- XI. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

c) A CONTRATADA que cometer qualquer das infrações discriminadas no subitem acima ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, a seguintes sanções:

- I. Advertência por faltas leves, assim entendidas como aquelas que não acarretarem prejuízos significativos ao objeto da contratação, conforme estabelece o art. 156, § 2º da Lei nº 14.133/2021;
- II. Aplicação de multa, que não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) sobre o valor contratado com contratação direta e será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas ora citadas;
- III. Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, consoante o art. 156, § 4º da Lei nº 14.133/2021;
- IV. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, como prevê o art. 156, § 5º da Lei nº 14.133/2021;
- V. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções;
- VI. A Advertência será aplicada exclusivamente pela infração de dar causa à inexecução parcial do contrato, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
- VII. A Advertência, que será aplicada através de notificação por meio de ofício, mediante contra recibo do representante legal da contratada estabelecendo o prazo de 5 (cinco) dias úteis para que a contratada apresente justificativas para o atraso, que só serão aceitas mediante crivo da administração;

d) A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa, observando-se o procedimento previsto na Lei 14.133, de 2021, subsidiariamente na Lei 9.784,

e) de 1999.

f) A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à administração observado o princípio da proporcionalidade.

g) As sanções aqui previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladamente ou, no caso das multas, cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.

#### **14. DA MODALIDADE DE LICITAÇÃO E DO CRITÉRIO DE JULGAMENTO**

a) A contratação do objeto deste Termo de Referência será realizada mediante procedimento licitatório na modalidade **Pregão, na forma eletrônica**, nos termos da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, por



**PODER LEGISLATIVO - PALÁCIO ADALGISA PEREIRA PINTO**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE THEOBROMA-RO**

Av.13 de fevereiro, 1358 – Centro, e-mail: [camaradetheobroma@gmail.com](mailto:camaradetheobroma@gmail.com)

CNPJ: 63.789.614/0001-14, Telefone: (69)3523-1095/1129



se tratar de aquisição de bem comum, cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos por meio de especificações usuais de mercado.

- b) O critério de julgamento será o de **menor preço por item**, observadas as especificações técnicas, os requisitos mínimos de desempenho e qualidade estabelecidos neste Termo de Referência e no edital, bem como o atendimento às condições de habilitação exigidas pela legislação vigente.
- c) A adjudicação do objeto ocorrerá por item, considerando a aquisição de um único veículo, desde que a proposta vencedora atenda integralmente às exigências técnicas, operacionais e contratuais estabelecidas pela Administração.
- d) O procedimento licitatório observará as disposições da Lei Federal nº 14.133/2021, bem como as demais normas aplicáveis à matéria, garantindo a ampla competitividade, a seleção da proposta mais vantajosa e a observância dos princípios que regem as contratações públicas.

### **15. DISPOSIÇÕES FINAIS**

- a) O presente Termo de Referência está em conformidade com as disposições da Lei nº 14.133/2021.
- b) Os casos omissos serão resolvidos pela administração da Câmara Municipal de Theobroma, observadas as normas vigentes.

Theobroma-RO, 18 de junho de 2026.

**DHEYSA PAULINE DOS SANTOS ALMEIDA**  
**Chefe de Gabinete da Presidência**

**ADELSON VALTER CORREIA**  
**Presidente da Câmara**



ANEXO III  
MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL  
PREGÃO ELETRÔNICO Nº --/CMT/2026  
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 064/CMT/2026

PROPOSTA DE PREÇOS PARA OS OBJETOS CONFORME ESPECIFICAÇÃO ABAIXO:

<b>Fornecedor:</b>	<b>Telefone:</b>
<b>CNPJ:</b>	<b>E-mail:</b>
<b>Endereço:</b>	
<b>Representante:</b>	<b>CPF:</b>
<b>Data:</b> ____/____/____.	

**Objeto:** CONTRATAÇÃO DE XXXXXXXXXX, CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA E ANEXOS.

Lote	Item	Descrição	Quant.	Unid.	Valor Unit.	Valor Total
	1	XXXXXXXX	XXX			
Carimbo com CNPJ da empresa e assinatura do responsável				Valor Total: R\$		

Valor total global: R\$ \_\_\_\_\_ (\_\_\_\_\_).

PRAZO DE VALIDADE DA PROPOSTA - Não inferior a 60 dias

CONDIÇÕES DE PAGAMENTO: PRAZO E LOCAL DE ENTREGA/EXECUÇÃO:

Despesas inerentes a impostos, tributos, contratação de pessoal e outros, correrão totalmente por conta da Empresa contratada;

Apresentamos nossa proposta conforme o estabelecido no Edital.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2025.  
Local e data

\_\_\_\_\_  
Assinatura do Responsável CPF:

Obs.: Identificação, assinatura do representante legal e carimbo do CNPJ, se houver.

